

POLIFONIA EM RECONTOS INFANTIS

MARIA APARECIDA HONÓRIO-CECI
(UNICAMP)

Este trabalho faz parte de um estudo desenvolvido em minha dissertação de mestrado, no qual pude discutir, pela análise de recontos infantis, a presença do outro na construção do sentido. O corpus constituiu-se de recontos (textos orais) produzidos por crianças em idade pré-escolar a partir de uma *Oficina de Leitura*¹.

Perseguindo as formas do discurso relatado, procuramos, no campo dos estudos enunciativos, produzir uma reflexão sobre as formas de representação do discurso relatado nos recontos infantis, explicitando a multiplicidade e ambigüidade de vozes presentes no enunciado. As características do discurso oral nos fizeram repensar os espaços fronteiriços entre um dizer e outro. Ao mesmo tempo em que o conceito de polifonia, na perspectiva ducrotiana, apresentou-se como um ponto de partida produtivo para nossas reflexões, impôs-se como um limite que nos motivou a avançar para uma perspectiva discursiva. Por essa via de análise foi-nos possível apontar para a heterogeneidade do sujeito e do discurso e para a incompletude necessária na constituição desse sujeito (Orlandi,1988)

1. ENUNCIÇÃO E POLIFONIA

Partindo do princípio de que o sentido do enunciado é dado pela enunciação que ele representa, Ducrot (1987) distingue o enunciado (como uma manifestação particular da frase) da própria frase que ele veicula (esta uma construção da lingüística). Essa divisão é produtiva do ponto de vista de sua metodologia, na medida que a constituição do sentido do enunciado se dá pela explicação teórica dos dados explicitados pela frase, ou seja, pela sua significação.

Ao afirmar que o sentido é apresentado pela descrição que a enunciação faz do seu enunciado, o autor procura mostrar que um enunciado pode apresentar mais de um sujeito. Com essa posição, Ducrot produz um deslocamento no paradigma da lingüística estruturalista, ao contestar a unicidade do sujeito falante, introduzindo o conceito de polifonia no campo dos estudos enunciativos.

Para o autor as representações que o enunciado faz de sua enunciação se ligam a figuras de diferentes sujeitos, o que vale dizer que ele reconhece uma multiplicidade de

¹ Para maior explicitação dos procedimentos adotado nesta *Oficina de Leitura*, ver capítulo “Material e Método” de minha dissertação de mestrado.

sujeitos presentes no ato de enunciação. Pela formulação ducrotiana, a enunciação se coloca como um acontecimento histórico do aparecimento do enunciado (1984). Nesta formulação a questão do sujeito é posta a partir das considerações sobre língua. Sua ancoragem não está em apontar um sujeito fonte e origem de seu dizer, um sujeito psicológico, mas de apresentá-lo a partir da representação que os enunciados fazem de sua enunciação. Por essa posição apresenta a distinção de vários sujeitos: sujeito empírico, o locutor, e o enunciador.

Ducrot não só coloca a polifonia como um fato da língua, como também insere a argumentação, procurando “introduzir na própria língua um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, anteriormente relegados à fala.”²

Partindo dessa perspectiva, nosso objetivo inicial é mostrar de que forma o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes. O que vale dizer, explicitar a polifonia presente no discurso, rebatendo a posição de homogeneidade e unicidade do sujeito falante.

2. A ANÁLISE: APENAS UM COMEÇO

Ao trabalharmos com o discurso oral de crianças pré-escolares, amparados no quadro teórico ducrotiano, pudemos reconhecer que um enunciado descreve, pela enunciação, a imagem de vários sujeitos distintos:

α: sujeito empírico, produtor psico-físico do enunciado

L: responsável pelo dizer

E: aquele que expressa um ponto de vista/perspectiva pela enunciação

Lembrando que o nosso material de análise se apresenta como narrativas, e que Ducrot estabelece uma analogia com a teoria da narrativa de Genette (1972), consideraremos que:

L: representa o locutor-narrador

L1, L2, etc: locutor-personagens

E: perspectivas da qual se fala

Tendo em vista o caráter específico do discurso oral, aquele que vai se construindo no ato mesmo da enunciação, algumas questões se apresentaram como problemáticas de serem descritas por esse quadro.

Trabalhando com as formas do Discurso relatado (doravante DR) observamos o funcionamento de uma dupla enunciação, configurada pelo discurso que cita e pelo discurso citado. Nesta direção, o próprio sentido do enunciado atribui à enunciação dois locutores.

Observemos o enunciado a seguir:

² Tradução de Guimarães (1995), do capítulo “As escalas argumentativas” do livro de Ducrot *Provar e dizer* (1973), em versão francesa.

*Aí ele pediu um cachimbo pelo amor de Deus e/aí ele pôs pólvora...estourou...final.*³

L: o locutor-narrador, responsável por todo enunciado: *Aí...final*

L1: ele pediu um cachimbo

L1': ele pediu: (me dá) um cachimbo

ou

L2: ele pediu um cachimbo pelo amor de Deus

L2': ele pediu: (me dá) um cachimbo pelo amor de Deus

Se considerarmos o enunciado explicitado por L2 “ele pediu um cachimbo pelo amor de Deus”, podemos observar que a expressão “pelo amor de Deus”, indica um possível discurso indireto livre (DIL), em que se torna difícil observar de quem é a voz que enuncia essa expressão: a do locutor-narrador ou a do locutor-personagem.

Também podemos considerar a estrutura de um discurso direto (DD) “(me dá) um cachimbo pelo amor de Deus”, pela elisão do verbo “dar” e do pronome “me”.

Em função dessas possibilidades enunciativas, o ponto de vista do qual se fala pode assumir diferentes configurações na relação com esses recortes enunciativos. Neste sentido, algumas questões se apresentam como relevantes para definir a continuidade da análise: onde determinar os limites do DD ou do DI? Que relação podemos estabelecer entre a menção trazida pelo suposto DD (ou por um dizer outro) e as falas originais que tornam presentes um outro ato de enunciação? (desde sempre perdida, considerando um sentido discursivo de paráfrase).

Para dar conta dessas questões propomos que o DR produz um efeito de ajustamento entre o discurso citado e o que cita. No entanto, essa acomodação lingüística, que nos leva a identificar a presença de dois planos enunciativos num mesmo enunciado, não se expõe nitidamente no discurso oral, na medida em que este coloca em cena a *incompletude* do sujeito/discurso, esta marcada pela ambigüidade e *indistinção* de vozes (Orlandi,1988).

Na incansável tentativa de continuar nossa análise, procuramos articular essa questão da polifonia com a argumentação, para se pensar a questão do sentido. Para Ducrot, um argumento constitui-se de uma razão para que um interlocutor aceite uma conclusão. Neste sentido, a argumentação não tem um valor veritativo, nem absolutivo. Ela se liga às próprias condições de enunciação, marcadas no enunciado. Para ele, esta questão é relacionada à força argumentativa apresentada pelos argumentos, força essa explicitada através da noção de “escalas argumentativas”⁴

Retomando a nossa análise podemos dizer que a expressão “pelo amor de Deus” funciona como um argumento para o enunciado “ele pediu um cachimbo”, ou seja, funciona numa escala gradual em que se tem:

↑ *ele pediu um cachimbo pelo amor de Deus*

³ Vide relato integral em anexo.

⁴ Ver “As escalas argumentativas”, in: *Provar e dizer*, Ducrot (1981).

O “pelo amor de Deus” traz uma orientação argumentativa no segundo enunciado, funcionando como ato ilocutório de pedir (desejar) alguma coisa.

Há uma indicação de dois argumentos que produzem sentidos diferentes, na medida que a expressão “pelo amor de Deus”, apresenta-se com uma força argumentativa maior.

O que nos parece claro, a partir do ponto de vista por nós assumido, é a presença de vários enunciadores, que se expressam pela enunciação sem que lhes possamos atribuir palavras precisas. Expressam pontos de vista, ou seja, uma posição. No entanto, o sentido do enunciado será definido tendo em vista as orientações argumentativas descritas pela enunciação. Podemos dizer que a objetividade do discurso relatado é uma mera ilusão, construída pela necessidade da unidade, tanto da língua quanto do sujeito. Não há uma reprodução literal do DD, nem tão pouco a transformação mecânica do DI em DD.⁵

Pelo que vimos na análise do enunciado apresentado, a expressão “pelo amor de Deus” não traduz uma proposição, mas traz em si uma força argumentativa que conduz a uma conclusão. Essa expressão se presta a garantir o pedido “me dá um cachimbo”. Ao mesmo tempo, essa expressão adquire forças argumentativas diferentes em função da perspectiva em que é enunciada. E é por essa problemática que pensamos ser produtivo analisar as formas do DR postas pela oralidade. Nem mesmo a análise de elementos prosódicos nos foi suficiente para analisar a presença desses planos enunciativos, que, embora explicitados por formas lingüísticas recuperáveis no nível do discurso relatado, não nos resolve a questão do sentido do enunciado. O tom enfático, presente no ato da enunciação pode ser interpretado tanto como a voz de um enunciador que se identifica com a súplica do locutor-personagem, assimilado pelo próprio locutor-narrador, quanto como uma voz apontando a perspectiva de um enunciador-personagem (o saci)

Talvez mais importante que esta categorização, seja a discussão sobre o funcionamento destas formas do discurso na oralidade, quais as imagens que o enunciado traz de sua enunciação, que direções argumentativas elas indicam. E isso só é possível tomando a enunciação como um acontecimento histórico (não-cronológico, não-linear), que se dá porque “a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso”. Por essa perspectiva, é a exterioridade que coloca a língua em funcionamento.

⁵ Ver Authier (1978) “Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques sémantiques à partir des traitements proposés”, DRLAV, Paris, n° 7, p.1-87.

3. NEGAR O QUE, NEGAR QUEM?

Tomemos um outro enunciado presente no discurso narrativo da criança, que nos parece interessante para tecer mais algumas considerações sobre a oralidade: o funcionamento do morfema “não” no discurso oral.

Segundo Ducrot, o enunciado negativo aponta a presença de uma enunciação caracterizada pelo confronto de duas atitudes antagônicas: uma positiva, imputada a um enunciador E1 e uma outra, E2, caracterizada como recusa da primeira.

Do ponto de vista argumentativo, o efeito da ação da negação é descrito em relação às escalas argumentativas⁶

Partindo desses dois princípios, analisemos os enunciados a seguir:

Daí ele falou...”eu vou falar só uma coisa para o urubu se ele tem asa...se ele vai levar o violão”...então o urubu...não...daí o sapo disse para encontrar o sapo lá encima.

Já no início de nossa análise nos deparamos com a questão posta pela oralidade: o discurso entrecortado, a falta de explicitação de referentes, dentre outras características próprias do discurso oral, nos aponta para a problemática sobre **o que/quem** está sendo negado. Considerando que para Ducrot a negação descritiva nega o enunciado, enquanto a negação metalingüística nega a própria enunciação, decidir o sentido do enunciado para uma ou outra direção implica considerar duas linhas argumentativas:

* o “não” funciona como negação metalingüística, negando o fato de que outro locutor tenha dito “então o urubu...” (constituindo-se este como uma retificação no fio discursivo do locutor-narrador);

• o “não” funciona como discurso citado (DD), logo, como resposta a uma demanda feita na perspectiva de um enunciador determinado (o sapo); neste caso a negação se dá relativamente ao próprio enunciado: “se ele tem asa...se ele vai levar o violão”, interpretado como uma interrogativa, sendo que o “**não**” estaria significando: *eu não tenho asa, eu não vou levar o violão*. Nesta direção teríamos, nos termos ducrotianos, uma negação descritiva.

Essa decisão implica produzir dois sentidos diferentes acerca do enunciado, na medida em que não podemos afirmar se o “não” faz parte do DD ou é retificação do narrador. Quem ou o que está sendo negado? o enunciado ou a enunciação? A quem imputar essa responsabilidade de negar? Qual é a voz que nega, e o que ela nega?

Apesar de Ducrot (1987) afirmar que a negação é um “fato de língua” inscrito na frase, para ele o que se descreve, a partir de um ponto de vista polifônico, é um “efeito da negação na fala”, perceptível no sentido dos enunciados, mas não na estrutura da língua.

⁶ Para compreender as três leis de funcionamento da negação, relacionadas à argumentatividade, ver Ducrot (1981), “As escalas argumentativas”.

Esse efeito é consequência de uma lei de discurso, segundo a qual dizer algo implica a presença de alguém que se oporia a esse dizer.

Nos enunciados negativos, o estatuto do enunciador se difere daquele marcado pelos enunciados positivos, pois neste primeiro o enunciador é marcado na frase pelo morfema “não”. Segundo a teoria de topoi (Ducrot, 1989, 1985), poderíamos dizer que o “não” funciona como lugar de argumentação, que convoca dois topoi, ou dois pontos de vista.

A distinção que o autor faz de negação: descritiva, metalingüística e polêmica⁷, norteia nossa análise até um certo ponto.

Retomemos a análise dos enunciados acima:

Então o urubu...não...

Considerando a primeira hipótese argumentativa, apontada acima, a de que o “não” é uma retificação no fio narrativo, temos um L responsável pelo dizer “não” que nega a sua própria fala, negação que se contrapõe a uma outra fala efetiva (“Então o urubu...”). Porém, essa duas falas são imputadas a um mesmo locutor L, os dois considerados locutor-narrador.

L {*Então o urubu...não...*

A negação é feita por um mesmo sujeito, que interrompe uma linha argumentativa, criando um efeito de incompletude (pela inconclusão do enunciado), no entanto, do ponto de vista discursivo, esse “não” funciona como um dizer outro, um efeito do interdiscurso no discurso, ou seja, como a memória do dizer.

Pensando nas condições de produção desse discurso, há um discurso pedagógico (Orlandi, 1987), produzido no interior da própria instituição que o originou - a Escola - que intervém no discurso do outro. Baseado em outras histórias de leitura da criança, a reprodução do conto lido pela pesquisadora aparece como necessária ao sujeito da enunciação, como não contradição a um discurso legitimado, já posto (o da pesquisadora que leu o conto, o da autora do livro, etc). Negar o enunciado precedente, neste caso, significa não se opor a enunciadores outros (voz da escola, voz do pesquisador, etc), mas ao locutor da fala. Em outros termos, diríamos que essa negação funciona como um apagamento que o sujeito faz de si mesmo, ou melhor, de seu próprio dizer, enquanto acontecimento. O que se produz como efeito é o discurso da retificação, que procura criar uma unidade, uma seqüência temporal lógica, marcada, no fio narrativo, pelo “então” e “daí”.

Ao considerarmos agora a segunda via de interpretação, em que o enunciado “não” funciona como um discurso citado, podemos categorizar essa negação como “polêmica”, nos termos ducrotiano. Relembremos o enunciado:

(o sapo): eu vou falar só uma coisa para o urubu se ele tem asa...se ele vai levar o violão...então o urubu...não...

⁷ Para uma definição sobre essa tipologia da negação ver Ducrot (1989) “Esboço de uma teoria Polifônica da Enunciação” em Ducrot et al. (1980) *Le mots du Discours*.

“não”, significando *eu não tenho asa, eu não vou levar o violão*

Nesse caso, o L, aquele responsável pelo “não”, convoca dois enunciadores: E2 da recusa, opondo-se a E1 da afirmação *se ele tem asa, se vai levar seu violão*, que veicula uma pressuposição, a de que o urubu tem asa e vai levar seu violão.

E2 : *eu não tenho asa, eu não vou levar o violão*

≠

E1 = *eu tenho asa, eu vou levar o violão* (pressuposição)

Observamos que é na rede de enunciados que o sentido da negação vai sendo construído. O enunciado “não”, interpretado dessa forma, funciona como lugar de argumentação que procura conduzir a uma conclusão: o urubu não deseja levar o sapo à festa. São convocados aqui duas formas tópicas:

+ asa +violão = + festa

- asa - violão = - festa

Então, quanto maior a possibilidade do urubu ter asa e violão, maior a possibilidade do sapo ir à festa (o ponto de vista tanto do urubu quanto do sapo) e quanto menor a possibilidade do urubu ter asa e violão, menor possibilidade do sapo ir à festa (do ponto de vista somente do urubu). Verificamos que os pontos de vista apreendidos dessa relação divergem, já que a segunda forma tópica não pode ser considerada a partir do ponto de vista da primeira, pois como vimos, pela fala efetiva presente no reconto, o sapo foi à festa mesmo na condição - asa, - violão:

...daí vagarosamente o...o pássaro...o sapo entrou no violão...então ele foi...

Dessa forma, teríamos, do ponto de vista do sapo:

- asa - violão = + festa, o que corresponde a dizer que a negação (“não tem asa”, “não vai levar o violão”) do locutor-personagem urubu é interpretada inversamente ao sentido veiculado pela sua forma, ou seja, pelo morfema “não” na medida em que, na perspectiva do sapo, essa proposição produz um efeito de sentido que leva-o a considerar a fala do urubu como uma “metíra”.

Essa análise só é possível levando-se em conta o postulado “o enunciado traz em si marcas da enunciação”. No nível da frase, embora a negação esteja marcada lingüisticamente, não nos seria possível encaminhar essas conclusões.

Se por um lado, a teoria polifônica da negação nos permite romper com a unicidade do sujeito falante, parece-nos que ela também procura estabelecer um efeito de unidade no discurso, em que cada enunciado é marcado por um lugar de argumentação possível de ser descrito, sem que apareçam as ambigüidades. Se a negação é um fato marcado na língua (com exceção da ironia), parece-nos que é sempre possível localizar os enunciadores em algum “lugar” ou “topos”.

Do nosso ponto de vista a sobreposição de sujeitos, apontada por Ducrot como multiplicidade pelo desdobramento de sujeito, não responde ao que concebemos como natureza heterogênea do sentido e do próprio sujeito do discurso. Isso porque, discursivamente, o movimento entre um dizer e outro aponta não só para um dizer **do** outro, mas para um dizer **no** outro. Trata-se, aqui, segundo Orlandi e Guimarães (1988) de considerar a unidade na dispersão na constituição da textualidade: de um lado, a dispersão dos textos e a dispersão do sujeito; de um outro a unidade do discurso e a identidade do autor. Esse movimento configura-se como uma relação dinâmica entre identidade e alteridade. (Orlandi, 1988)

No nosso entender, há algo que resiste na língua, quando tratada na sua dimensão oral, que nos impede de fazer um recorte somente pela forma. Os momentos de indistinção, de incompletude (Orlandi, 1988) aparecem como pontos nevrálgicos, presentes desde o momento da transcrição do discurso oral: onde abrir e fechar aspas? São questões, próprias da constituição do sujeito, que colocam o analista diante, também, dessa necessidade de completude. Essas decisões formais, postas pela necessidade de transformar um discurso oral em texto escrito, estabelece uma relação direta entre oral e escrito, como se esse último não pudesse ser concebido sem o outro. Há uma hegemonia da escritura, e o discurso oral sofre as determinações da sociedade letrada.

Para nós, “há uma relação dinâmica do sentido, que se estabelece com as condições de produção do discurso, na medida em que o discurso oral vai se organizando em função mesmo das representações imaginárias ali presentes no ato da enunciação.” (Honório, 1996:85). E esta relação aponta para a interferência do discurso escrito (em que as categorias do DR já se encontram fixadas) no discurso oral, como forma de reger ou regulamentar os sentidos.

Na nossa perspectiva, o sentido “são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.” (Guimarães, 1995:70)

Escapar do modelo escrito para pensar a oralidade a partir de sua própria especificidade apresenta-se como uma preocupação que nos motiva a continuar nossas indagações e a aprofundar os estudos em torno desta questão.

Consideramos também que não podemos só pensar a oralidade a partir de textos orais produzidos por uma sociedade letrada, mas também por uma sociedade ágrafa, em que a relação com o escrito se configura de outra forma.

BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J. C. 1995. “De l’argumentation dans la langue à la théorie des topoi”, em *Théorie des topoi*, Paris, Kimé.
- DUCROT, O. 1989. “Argumentação e “topoi” argumentativos”, em Guimarães, E. (1989) *História e sentido na linguagem*.
- _____. 1981. “O papel da negação na linguagem comum” e “As escalas argumentativas” em *Provar e dizer*, São Paulo, Global
- _____. 1995. “Topoi et formes topiques” em *Théorie des topoi*, Paris, Kimé.

- GUIMARÃES, E. 1995. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, E. 1988. "A incompletude do sujeito - e quando o outro somos nós?" em Eni Orlandi et al. *Sujeito & Texto*, São Paulo, EDUC.
- ORLANDI, E. e GUIMARÃES, E. 1988. "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito" em Eni Orlandi et al. *Sujeito & Texto*, São Paulo, EDUC.
- _____. 1987. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas, Pontes.
- HONÓRIO, M.A. 1996. "Leitura como processo discursivo: a presença do outro na construção dos sentidos". Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH, USP.

ANEXO I

Esses recontos abaixo foram produzidos após a leitura das lendas “Do que eu tenho medo” e “Alvorço de festa no céu”, extraídas do livro de Clarice Lispector *Doze lendas brasileiras*

TEXTO 38

Stephane (St)

o saci tava () aí ele pediu um cachimbo **pelo amor de Deus!...**
e/aí ele pôs pólvora...estourou...final

Enunciado 1

Aí [ele pediu um cachimbo **pelo amor de Deus**] e/aí ele pôs pólvora...estourou...final.

Podemos ter:

L: o locutor-narrador, responsável por todo enunciado: Aí...final

L1: ele pediu um cachimbo

L1': ele pediu: (me dá) um cachimbo

ou

L2: ele pediu um cachimbo pelo amor de Deus

L2': ele pediu: (me dá) um cachimbo pelo amor de Deus

TEXTO 14

Celso (Cel)

um dia o beija-flor... ia ter uma festa no céu e o beija-flor ia levar os convites...daí até que os bichos sem asas descobriram que só os bichos com asa que vão nessa festa...daí os o sapo achava um injustiça...daí bem à tarde...bem à tarde ele falou...(risos)- - pára - - daí depois bem à tarde o:: o sapo falou...“eu também VO...U::”...(risos) - - pára - - então ele falou...“vou consultar quem é do meu tipo”...daí...daí ele consultou o sapo velho...daí o **sapo velho disse para ele nao sair de terra firme**...daí::o sapo falou...“eu também vou...com água ou sem água”...daí ele falou...“eu vou falar so uma coisa para o urubu se ele tem asa...se ele vai levar o violão”...então o urubu...não...daí o **sapo disse para encontrar o sapo la encima**...daí vagarosamente o...o pássaro...o sapo entrou no violão ...então ele foi...daí o sa/...o...o **urubu voltou falando que não encontrou-o lá**...daí ele disse... “já que não encontro aqui vou para o céu.”...daí quando chegaram no céu o sapo saiu e começou a dançar...daí ele falou... “eu vou embora só que um dia eu volto”...daí o::o::urubu descobriu que o sapo entrou dentro do violão então ele disse... “vou jogar você no mar”...então ele disse... “você está vendo aquele laginho lá?”...daí ele disse... “tou”... “você ta vendo aquela pedra?”...daí ele disse...“estou”... “me jogue na pedra porque eu não sei nadar”...então o urubu falou... “não...vou te jogar no lago para você morrer”...daí ele jogou...e aí o sapo não morreu...fim

Enunciado 2

Daí ele falou... “eu vou falar só uma coisa para o urubu se ele tem asa...se ele vai levar o violão”...[então o urubu...**não**]...daí o sapo disse para encontrar o sapo lá encima...daí vagarosamente o...o pássaro...o sapo entrou no violão...então ele foi...

L: então o urubu...não...

L': não - negação metalingüística

L1: não - DD - negação descritiva

Obs: Textos extraídos do corpus da dissertação de mestrado “Leitura como processo discursivo: a presença do *outro* na construção dos sentidos” (Honório, 1996).